

FOLHA DE LONDRINA 12 MAR 2020

# Agressores de mulheres não terão cargo público no PR

Proibição aprovada na AL valerá para pessoas  
condenadas com decisão transitada em julgado por  
crimes de violência doméstica e familiar

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Pessoas condenadas com decisão transitada em julgado por crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher não poderão mais ocupar cargos ou funções públicas no Paraná. É o que prevê o projeto de lei 197/2020, de Requião Filho (MDB), anexo ao PL 28/2019, de Cantora Mara Lima (PSC).

A proposta passou em redação final na sessão plenária dessa terça-feira (10) na AL (Assembleia Legislativa) e agora depende apenas da sanção do governador Ratinho Junior (PSD) para ser incorporada à legislação. O chefe do Executivo ainda pode vetá-la. Os autores falam, nas justificativas, em "garantir a probidade e a moralidade da administração".

O texto que passou pelo plenário acrescenta um novo item à Lei Estadual 16.971, de dezembro de 2011, que tipifica os crimes em que o infrator já condenado (decisão transitada em julgado) fica impedido de assumir cargos em comissão ou funções de alta hierarquia na administração pública.

"O agressor de mulheres também será barrado nos órgãos públicos, com a perda



Deputada Cantora Mara Lima (PSC), uma das autoras do projeto:  
"Essa é mais uma forma de coibir a violência doméstica"

do direito de ter uma função pública. Certamente, essa é mais uma forma de coibir a violência doméstica", argumenta Mara Lima.

Para Requião, é "uníssona a tentativa de evitar a violência contra a mulher". "Queremos contribuir para uma melhor convivência na sociedade e com o aperfeiçoamento da legislação estadual", afirma.

A mensagem é uma entre várias aprovadas na AL nesta semana e na passada em virtude do 8 de março - Dia Internacional da Mulher. A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) fez na última segunda-feira (9) uma sessão específica para votar ma-

térias relacionadas aos direitos femininos.

## INVEST PARANÁ

Os deputados estaduais também aprovaram nessa quarta-feira (11), em terceiro turno, o projeto de lei 106/2019, do Poder Executivo, alterando dispositivos da Lei estadual nº 17.016/2011, que institui a APD (Agência Paraná de Desenvolvimento). A proposta recebeu 39 votos favoráveis e oito contrários.

Conforme a matéria, o órgão passará a se chamar Invest Paraná. A ideia da administração Ratinho é que ele seja comandado pela Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, e não mais pela Secretaria do Planejamento.

12 MAR 2020

## FOLHA DE LONDRINA

### LUIZ GERALDO MAZZA

#### Reação tardia

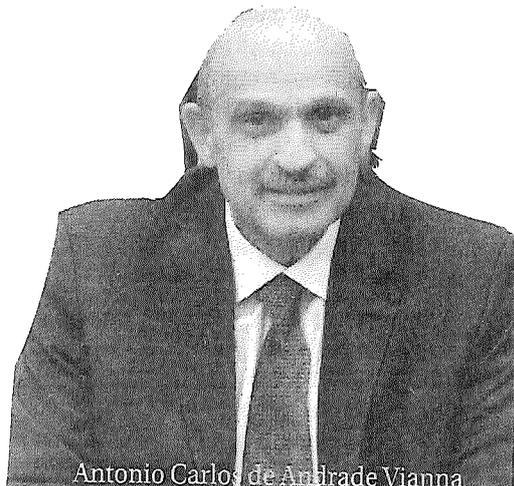
A volta ao cenário depois do trabalho negativo da vaza jato por parte de Deltan Dallagnol (o mais visado pelo Intercept) chega fora de hora. Não manteve durante as contestações a postura de luta e com isso permitiu que as quebras de rituais fossem vistas como nefando crime, pior do que o atribuído à fauna política, uma clara distorção.

Com isso a luta contra a corrupção está severamente prejudicada, apesar dos seus inegáveis feitos. Ademais colocar o Congresso e o STF como alvo maior das críticas só consegue engrossar a linha bolsonarista em cima das marchas do dia 15, o que convenhamos nada tem de sutil.

### Oswaldo Militão

#### A PRISÃO DO ÍDOLO E A OPINIÃO DE ADVOGADO

“O mundo inteiro admira o ex-jogador Ronaldinho Gaúcho, por ter sido um gigante enquanto foi grande no futebol. No entanto, recentemente, acabou preso no Paraguai, como se sabe, acusado de posse de documentação adulterada, apesar desse ídolo ter documentos e credenciais brasileiras, expedidas legalmente. Aliás, não se pode esquecer que ele é Embaixador do Turismo, nomeado pelo governo Bolsonaro. A pergunta, então, é: qual razão de utilizar-se de um passaporte falso? Qual o objetivo? Por que cometer um ato punível, que atenta contra o Estado? A única explicação possível é que o ex-estrela do Barcelona teria ido a Assunção a trabalho, a fim de participar de eventos publicitários, pois ele, se naturalizado naquele país, gozaria de uma isenção fiscal muito importante, economizando pagamento de impostos. Essa foi a ideia inicial, mas, aproveitaram da ingenuidade do atleta para apressar as coisas, vendendo-lhe um documento falso. Por que mantê-lo preso? Simples, nesse mundo midiático, a prisão de personalidades dá prestígio às autoridades e faturamento para televisões, rádios, revistas, jornais e rede sociais do planeta inteiro. Ou seja, tudo é negócio, e muito lucrativo, seja mocinho ou bandido, todo mundo quer faturamento.... Soltura dele e do irmão, só quando a poeira baixar, e a notícia não mais tiver repercussão. Foi o que disse a esta Coluna, a respeito do rumoroso caso, o experiente advogado criminalista londrinense Antonio Carlos de Andrade Vianna.



Antonio Carlos de Andrade Vianna

12 MAR 2020

## FOLHA DE LONDRINA

# Família de Luana vive ansiedade antes de resultado de exame de DNA

Vitor Ogawa

Folhapress

Os familiares de Luana Oliveira Lopes, sequestrada há 17 anos em Florestópolis na Região Metropolitana de Londrina (RML), estão entre surpresos e apreensivos pelo reaparecimento dela. Na terça-feira (10), a Polícia Civil do Paraná informou que uma mulher de 24 anos buscou a família Lopes dizendo que seria Luana. Um exame de DNA vai comprovar a veracidade do caso. A família aguarda com expectativa pelo resultado do DNA.

Luana e o irmão Diego foram abordados por um caminhoneiro em 2003 no quilômetro 35 da Rodovia João Lunardelli e, na sequência, a menina então com 8 anos foi raptada. A reportagem da FOLHA esteve nesta quarta-feira (11), em Sabáudia (RML), onde vive parte da família (outra parte está em Içara, distrito de Astorga) e conversou com Diego Lopes Oliveira e Maiara Lopes, irmãos de Luana, e os seus tios. Segundo Diego, a moça, que se chama Natália, entrou contato pelo Facebook há dois meses, mas só no último sábado ela pôde vir ao Norte do Paraná.

“Um colega nosso de Jagua-pitã começou a conversar com ela. Ele achou que ela era muito parecida com a minha família, com as minhas irmãs e pegou o contato dela. Isso já faz dois meses”, conta. Depois disso foram longas conversas até que viajar ao Paraná.

A moça realizou o exame de DNA para verificar se o código genético é compatível com o da família Oliveira Lopes. “Estamos na esperança. Ela é bem parecida com a minha outra irmã. A possibilidade é grande. O coração está daquele jeito. Estamos sentindo angústia e ao mesmo tempo estamos contentes”, declara Diego.

Diego relata que a moça não tem lembranças do dia do sequestro e também do passado antes dos dez anos de idade. Mesmo que o resultado do DNA seja negativo, Diego diz que já a tratam como se fosse da família. “Se ela não for a Luana, vamos ganhar mais uma irmã, mas as buscas pela Luana continuarão. Ela já está chamando a minha mãe de mãe. Já pegou amizade. Ela tem três crianças que chamam a minha mãe de vó”, destaca.

“Quando ela chegou, vieram muitas lembranças daquela época, porque nós brincávamos bastante. Minha mãe diz que ela é a Luana”, ressalta. “Nós conversamos bastante. Como ela chegou agora ainda está se acostumando com o nosso povo. Estamos pegando amizade com ela”, destaca.

Outra irmã de Luana, Maiara, relata que todos aguardam a confirmação do parentesco. “Está todo mundo contente, esperando o resultado do exame de DNA sair.” O tio de Luana, Marcelino Anastácio, afirma que a expectativa de que ela seja a Luana é a mais alta possível. “Estamos sonhando com isso. Ela é idêntica

à Luana e muito parecida com a minha outra sobrinha. Claro que a gente torce que seja a Luana, mas se não for vamos acolhê-la como se fosse. Mas a gente já acolheu a Natália como se fosse nossa sobrinha.”

A tia de Luana, Maria, diz que ficou feliz com a notícia, mas recebeu a informação com ressalvas. “Estamos com um pé atrás, porque já tivemos outros momentos em que nós achamos que era ela, mas não era verdade. A gente prefere ficar na expectativa.” Ela diz que a família nunca se esqueceu dela e sempre manteve as buscas.

Natália teria saído da casa em que morava no Rio de Janeiro depois que sua tia relatou que ela não era da família. A jovem teria passado por maus-tratos. O homem que a criou como pai morreu quando ela tinha 15 anos. Em entrevista coletiva nesta terça, em Curitiba, a delegada Patrícia Paz, chefe do Sicride (Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas), afirmou que a jovem não especificou se o homem que a criou foi o mesmo caminhoneiro autor do rapto em 2003.

12 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## Investigação sobre 'rachadinha' de Flávio Bolsonaro é suspensa

Desembargadora do TJ-RJ atende a defesa,  
que quer apuração em órgão especial

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO A desembargadora Suimei Cavaleri, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinou nesta terça-feira (11) a interrupção da investigação sobre Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ) atendendo a pedido da defesa do senador.

A defesa do filho do presidente Jair Bolsonaro alegou que a apuração contra ele deveria ocorrer no Órgão Especial do TJ-RJ, em razão do foro especial decorrente do cargo de deputado estadual que ocupava na época da suposta "rachadinha" ocorrida em seu gabinete.

O Ministério Público do Rio de Janeiro terá de aguardar a decisão final da 3ª Câmara Criminal sobre o tema para continuar com a apuração.

Flávio é investigado desde janeiro de 2018 sob a suspeita de recolher parte do salário de seus subordinados (prática chamada de "rachadinha") na Assembleia Legislativa do Rio de 2007 a 2018, quando era deputado estadual.

Os crimes em apuração são peculato, lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio e organização criminosa.

Em outro processo, o Ministério Público do Rio já havia se posicionado favoravelmente à concessão de foro especial a Flávio no caso. Em agosto, a procuradora Soraya Ta-

veira Gaya, que atua na 3ª Câmara, afirmou que Flávio teria cometido os supostos crimes "escudado pelo mandato que exercia à época".

Ela também disse em sua manifestação que, sendo ele o

filho do presidente Jair Bolsonaro, há grande "interesse da nação no desfecho da causa e em todos os movimentos contrários à boa gestão pública".

A defesa do senador, contudo, desistiu do processo e decidiu protocolar novo habeas corpus sobre o tema. O processo está sob sigilo, e os advogados de Flávio não informam o motivo da desistência e do novo recurso.

Esta é a terceira vez que a investigação contra Flávio é paralisada. As duas anteriores haviam sido determinadas pelos ministros Luiz Fux e Dias Toffoli.

Fux paralisou o procedimento em janeiro de 2019, durante plantão do Judiciário, por também considerar a possibilidade de que Flávio contava com foro especial por ter sido eleito senador. O ministro Marco Aurélio Mello, relator natural do caso, arquivou a reclamação do filho do presidente e autorizou a investigação na primeira instância.

Toffoli, por sua vez, concedeu liminar para parar a apuração em julho de 2019, por

considerar que o antigo Coaf — atual UIF (Unidade de Inteligência Financeira) — havia repassado informações sobre movimentações suspeitas do senador com detalhamento excessivo.

A tese foi derrubada no plenário do STF em novembro.

Se o pedido da defesa for aceito agora, o processo deixa as mãos do juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal, e vai para o Órgão Especial, um colegiado de 25 magistrados.

A apuração relacionada ao senador começou após relatório do antigo Coaf, hoje ligado ao Banco Central, indicar movimentação financeira atípica de Fabrício Queiroz, seu ex-assessor e amigo do presidente Jair Bolsonaro.

Além do volume movimentado, de R\$ 1,2 milhão em um ano, chamou a atenção a forma das operações se davam: depósitos e saques em dinheiro vivo em datas próximas do pagamento de servidores da Assembleia.

Queiroz afirmou que recebia parte dos valores dos salários dos colegas de gabinete. Ele diz que usava esse dinheiro para remunerar assessores informais de Flávio, sem conhecimento do então deputado estadual. A sua defesa, contudo, nunca apontou os beneficiários finais dos valores.

CONTINUA

12 MAR 2020

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Em abril do ano passado, Itabaiana autorizou as quebras de sigilo bancário de Flávio, sua mulher, Queiroz e outras 101 pessoas físicas e jurídicas. Os alvos eram ex-funcionários e pessoas que compraram ou venderam imóveis para o senador nos últimos anos.

Em dezembro, o magistrado autorizou o cumprimento de mandados de busca e apreensão em 24 locais, incluindo a franquía da Copenhagen da qual o senador é um dos sócios.

A Promotoria suspeita que a empresa era usada para lavar dinheiro obtido na "rachadinha". Outro meio de lavagem, avaliam promotores, é a compra de venda de imóveis. De acordo com o MP-RJ, Flávio lavou R\$ 2,3 milhões cuja origem é a "rachadinha" operada por Queiroz.

O senador nega desde o fim de 2018 que tenha praticado "rachadinha" em seu gabinete. Afirmar que não é responsável pela movimentação financeira de seu ex-assessor.

12 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

**CARTAS NA MESA** Mesmo que tenha provas de que houve fraude nas eleições, o presidente Jair Bolsonaro poderá ter problemas se não as apresentar logo. Para especialistas em direito administrativo, não exibi-las configuraria prevaricação e quebra de decoro

**CONTEM AIS** “Se ele sabe de um ilícito, tem a obrigação de comunicar à Justiça”, diz Flávio de Azevedo Marques Neto, diretor da Faculdade de Direito da USP. “Quebrar decoro é não agir de acordo com o que demanda o cargo”, afirma a advogada Mônica Sapucaia.

**NUNCA VI...** Coordenador da campanha de Bolsonaro, Gustavo Bebianno diz duvidar que ele tenha provas de que as eleições foram fraudadas. Bolsonaro nunca mencionou qualquer suspeita após o resultado, afirma.

**...NEM OUVI** “Mande um advogado eleitoral e dois ou três técnicos em informática ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para acompanhar e não houve nenhum sinal de coisa irregular”, diz o ex-ministro.

12 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Em festa de Maia, prazo de validade de Bolsonaro é tema

## Políticos não sabem como, mas acham que presidente não acaba mandato

Igor Gielow

SÃO PAULO Se conversa de salão paulista define o futuro de governos, Jair Bolsonaro poderia pensar em limpar as gavetas.

Em uma concorrida reunião política transformada em festinha de aniversário improvisada na noite de terça (10), o assunto dominante não era exatamente a governabilidade, mas sim o quanto mais o presidente ficaria no cargo.

O consenso apurado entre presentes não foi dos mais otimistas para Bolsonaro.

O palco era naturalmente hostil ao Planalto nesses dias de discussão acerca do destino de R\$ 30 bilhões do Orçamento: a residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Ele costuma reunir líderes de bancadas e partidos, notadamente do centrão (o bloco algo amorfo de partidos sem orientação ideológica clara e de tamanho médio, usualmente a base de governos), para discutir a pauta de trabalhos da Casa às terças, e recebeu os convivas com um churrasco.

Só que a terça calhou de ser o dia do aniversário de 60 anos de Aécio Neves (PSDB-MG), o deputado que já foi senador, governador e quase eleito presidente em 2014, só para cair em desgraça no episódio em que foi gravado pedindo dinheiro ao empresário Joesley Batista em 2017.

Aécio segue popular entre seus pares, e isso atraiu convidados de fora do círculo usual do evento.

Havia gente de outros Poderes, como o ministro Gilmar Mendes (Supremo Tribunal Federal), um governador, o fluminense Wilson Witzel (PSC), e o secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, Sarney Filho (PV).

Figurinhas carimbadas como Arthur Lira (Progressistas-AL) dividiram o espaço com estranhos no ninho, como os petistas paulistas Arlindo Chinaglia e Paulo Teixeira. Davi Alcolumbre (DEM-AP), vizinho e presidente do Senado, também passou por lá.

Nas rodas de conversa, tudo girava sobre os próximos passos do conflito entre Bolsonaro e Congresso.

A avaliação predominante foi que o esgarçamento da relação demonstrou que não haverá possibilidade de interlocução com o Planalto se a temperatura seguir alta.

Aqui e ali a pergunta que surgia era: e daí, o que acontece agora? A palavra impeachment só foi ouvida como uma hipótese remota e indesejada, o que explicita o quão atônitos estão os políticos com a recente escalada de agressividade de Bolsonaro.

O presidente pediu apoio aos atos de domingo (15) que, além de defender o governo, sugerem entre suas pautas o fechamento do Legislativo e do Supremo.

Ao mesmo tempo em que não vislumbram como se dará o desenlace do embate, muitos dos presentes acreditam que o chão está diminuindo em torno de Bolsonaro.

Especulam que dificilmente ele conseguirá reunir condições para mais três anos de governo, exceto que opere um cavalo de pau na forma com que conduz o governo.

Como isso ocorrerá e de que forma o presidente irá reagir antes disso, por outro lado, são hipóteses para quais não há respostas unânimes.

Enquanto uns preveem uma radicalização proporcional à adesão aos atos de domingo, outros creem que ainda haverá uma tendência de acomodação liderada pela renovada ala militar instalada no Palácio do Planalto.

Também é dada como certa por muitos a saída do general Luiz Eduardo Ramos da Secretaria de Governo, provavelmente por vontade própria.

Ele foi responsável pela negociação da questão dos vetos ao Orçamento.

O presidente inclusive tentou negar que tivessem ocorridos as tratativas tocadas pelo ministro, teoricamente o elo entre o Planalto e o Congresso.

Quem acha que ele pode ficar argumenta que o ministro é muito próximo de Bolsonaro, já que são amigos desde o tempo de cadete no Exército, e que está sofrendo um ataque especulativo por parte dos filhos do presidente.

**CONTINUA**

**12 MAR 2020**

# **FOLHA DE S. PAULO**

## **CONTINUAÇÃO**

Sua articulação com o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo, e com o chefe da Casa Civil, general Walter Braga Netto, também pesa a favor de sua permanência.

Os três serviram juntos, com Azevedo na chefia, no Comando Militar do Leste, baseado no Rio de Janeiro. Formam o trio olímpico do governo, já que trabalharam nos Jogos de 2016, e são o eixo da ala militar em sua versão 2020.

# FOLHA DE S. PAULO

MARILIZ PEREIRA JORGE

## Marielle

RIO DE JANEIRO Antonio Francisco da Silva Neto abre um enorme sorriso quando a imagem da filha aparece na tela do auditório do Museu de Arte do Rio, na noite de terça (10). Que maldade fizeram com ela, havia dito Marinete da Silva, minutos antes. Frase repetida na série documental, de seis capítulos, que conta a história da primogênita do casal, Marielle Franco.

Choro, riso, saudade, indignação, tristeza. Ao longo dos dois primeiros capítulos, exibidos para convidados, foi difícil acompanhar as reações dos pais da vereadora, de sua irmã e de sua filha, sentados à minha frente. A emoção de ver as cenas da série se misturou à de presenciar a busca deles por algum refúgio da dor. Mãos se entrelaçavam e se apertavam, cabeças procuravam conforto no ombro do outro, troca de olhares, suspiros. Uma família despedaçada, que continua sem as respostas de um crime brutal.

A resposta da Globo, que exhibe nesta quinta (12) o primeiro episódio de "Marielle", dirigido por Caio Cavechini, é um retrato que transcende a imagem de ativista, conhecida pelo público. O documentário humaniza a figura que virou símbolo político internacional, mostra sua juventude, os caminhos que a levaram à vida pública, a personalidade arrebatadora de sua mãe, a campanha sórdida de difamação de que foi vítima depois de morta, além da investigação e do assassinato dela e do motorista Anderson Gomes.

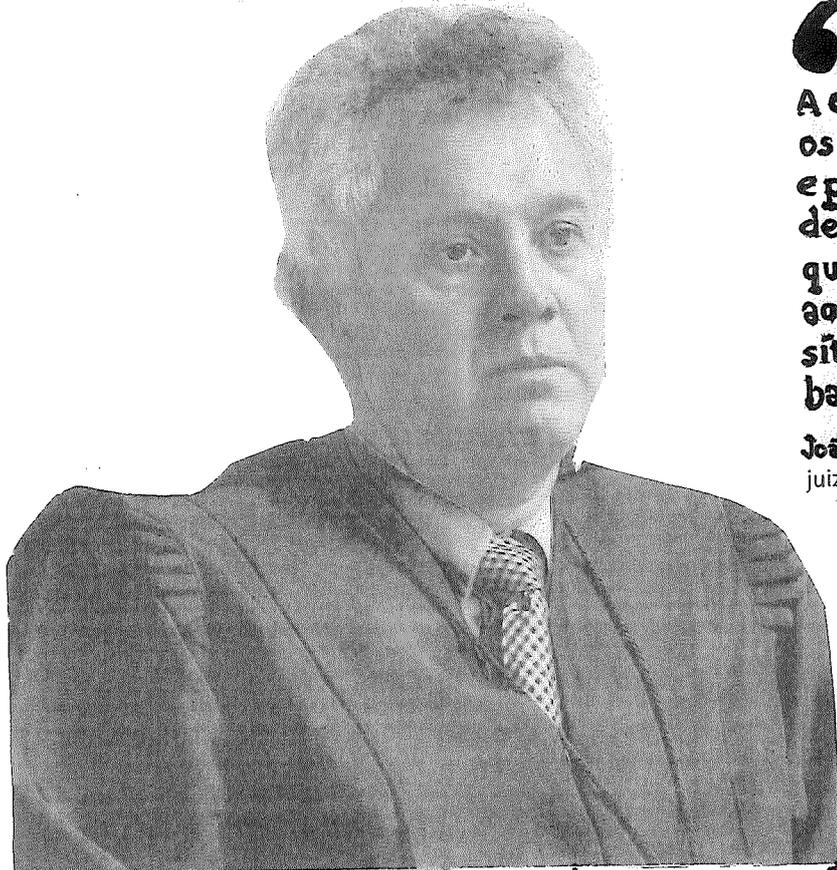
Os aspectos ideológicos que pauparam sua carreira estão lá, mas a morte de uma vereadora e a audácia dos criminosos, que zombam da sociedade, deveriam indignar a todos e romper as barreiras que dividiram um país em esquerda e direita. O inconformismo é o que coloca as pessoas ao lado da civilização, como disse Erick Bretas, diretor da Globo. Portanto, conhecer a história de Marielle e exigir que as autoridades descubram quem e por que a mataram poderia ajudar o Rio a se salvar da selvageria a que está condenado.

12 MAR 2020

12 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO  
**Em derrota da  
Lava Jato de Curitiba,  
caso de filho de Lula  
é enviado a SP**

Tribunal Regional Federal da 4ª Região decide que investigação  
não tem conexão com Petrobras



“

A conexão entre os fatos principais e possíveis desdobramentos que teriam levado ao pagamento do sítio de Atibaia é bastante tênue

João Pedro Gebran Neto  
juiz do TRF-4, em dezembro

O juiz João Pedro Gebran Neto, relator da Lava Jato no tribunal que revisa as ações de Curitiba

CONTINUA

**José Marques**

SÃO PAULO Por 3 votos a o, a oitava turma do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) decidiu nesta quarta-feira (11) retirar a investigação sobre Fábio Luís Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, da Lava Jato de Curitiba e enviá-la a São Paulo.

É a segunda vez em seis meses que a força-tarefa do Paraná sofre derrota similar, com perdas de importantes casos que estavam nas mãos da equipe liderada pelo procurador Deltan Dallagnol.

Em outubro, o TRF-4 também mandou para São Paulo as ações relacionadas a Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, suposto operador do PSDB. Ele está preso preventivamente desde fevereiro de 2019.

Em ambas as decisões, o tribunal entendeu que as investigações não têm relação direta com o esquema de corrupção na Petrobras, que é o elo que mantém os processos da Lava Jato sob responsabilidade da 13ª Vara Federal de Curitiba, por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

Fábio Luís, conhecido como Lulinha, foi alvo em dezembro passado da Mapa da Mina, 69ª fase da operação, que teve como objetivo aprofundar as investigações sobre o pagamento de despesas da família de Lula com recursos das empresas de telefonia Oi e Vivo.

Além de enviar o processo para o âmbito da Justiça Federal de São Paulo, o juiz federal João Pedro Gebran Neto, relator da operação no TRF-4, também desconsiderou declaração apresentada pelo Ministério Público Federal em que o ex-governador do Rio Sérgio Cabral relaciona os casos de Lula e Fábio Luís com o esquema da Petrobras.

Gebran já havia indicado, em decisão de dezembro, que não via com clareza a conexão que mantinha a investigação sobre Lulinha no Paraná, mas esperava para que a avaliação fosse feita em julgamento do colegiado — que foi pautado para esta quarta.

Aligação apontada pela força-tarefa para investigar o caso era uma eventual conexão com a compra do sítio de Atibaia (SP), que teria sido reformado com dinheiro do esquema de corrupção na Petrobras.

No entanto, como apontado pela Folha, o valor de compra do sítio de Atibaia representa menos de 1% do total de repasses suspeitos investigados pela Lava Jato na fase que investigou Lulinha.

“Tenho que a conexão entre os fatos principais e possíveis desdobramentos que teriam levado ao pagamento do sítio de Atibaia é bastante tênue, senão inexistente”, disse Gebran em dezembro.

Na decisão desta quarta, o magistrado afirmou que o envio para São Paulo não anula os atos praticados até agora no processo e que existe suspeita de lavagem de dinheiro ligada ao sítio, mas que isso não é suficiente para manter a investigação no Paraná.

O advogado de Fábio Luís, Fábio Tofic Simantob, afirmou que a decisão do tribunal era esperada e reafirma o entendimento do Supremo de que processos da Lava Jato que não se relacionam com a Petrobras não devem ficar em Curitiba.

A defesa de Lula sempre questionou a manutenção dos processos relativos ao sítio e ao triplex de Guarujá em Curitiba, já que os imóveis ficaram em São Paulo. No entanto, o TRF-4 — e o STJ, no caso do triplex — validaram a manutenção do caso no Paraná.

Segundo as apurações, foram transferidos R\$ 132 milhões pela Oi e R\$ 40 milhões pela Vivo a empresas de Fábio Luís e de Jonas Suassuna, seu sócio em diversos empreendimentos, de 2004 a 2016.

Em 2010, Suassuna comprou o sítio com Fernando Bittar (filho de Jacó Bittar, amigo de Lula que participou da fundação do PT). Ele pagou R\$ 1 milhão, e Bittar o restante.

A Lava Jato suspeita que o dinheiro usado na compra do terreno, ainda sem as benfeitorias, seja oriundo das transferências feitas pelas empresas de telefonia.

Além do sítio, um apartamento de 335 m² em região nobre da zona sul de São Paulo é apontado pela Lava Jato como um dos principais indícios de que o empresário Jonas Suassuna usou dinheiro de contratos com a Oi para beneficiar a família do ex-presidente Lula.

Comprado por Suassuna em 2009 por R\$ 3 milhões (R\$ 1,9 milhão de entrada e o resto parcelado), o imóvel foi reformado e mobiliado por ele ao custo de, segundo estimativa da Polícia Federal, ao menos R\$ 1,6 milhão.

A época da operação, o ex-presidente Lula disse no Twitter que a investigação sobre seu filho era uma “demonstração pirotécnica de procuradores viciados em holofotes”.

Em outubro passado, o TRF-4 já tinha enviado a São Paulo ação penal relacionada a um dos mais importantes presos na Lava Jato, o ex-diretor da Dersa (estatal paulista de engenharia) Paulo Preto.

Ele havia sido preso em fevereiro, na 60ª fase da operação, batizada de Ad Infinitum. O Ministério Público Federal investigava a movimentação de ao menos R\$ 130 milhões em contas na Suíça, de 2007 a 2017.

Em 2018, Paulo Preto chegou a ser preso duas vezes, e solto por habeas corpus concedido pelo ministro do STF Gilmar Mendes. Ele também já teve duas condenações na Justiça Federal paulista, mas uma delas foi anulada pelo ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Ao julgar recurso sobre o caso, a oitava turma do TRF-4 também decidiu que a investigação deveria voltar para São Paulo, onde teve origem.

**CONTINUA**

“Entendo não haver conexão entre os fatos narrados e aqueles apurados na ‘Operação Lava-Jato’. Ao descrever as condutas delitivas, o MPF não faz qualquer relação direta entre as supostas condutas de lavagem de dinheiro com o pagamento de agentes da Petrobras”, apontou Gebran, à época. Seu voto foi seguido pelos outros dois magistrados da turma.

Ainda há uma investigação sobre Paulo Preto sob responsabilidade da Lava Jato do Rio de Janeiro. O ex-diretor sempre negou ter cometido qualquer irregularidade.

### **Preso mais antigo da Lava Jato, Renato Duque será solto**

CURITIBA O TRF-4 concedeu nesta quarta-feira liberdade a Renato Duque, ex-diretor de serviços da Petrobras preso desde março de 2015.

Atualmente, Duque está detido no Complexo Médico Penal, em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. A expectativa é que a decisão de soltura seja cumprida nesta quinta-feira (12).

Duque já foi condenado em sete processos envolvendo corrupção na Petrobras, mas nenhuma sentença chegou ao trânsito em julgado.

O relator do caso, desembargador João Pedro Gebran Neto, foi voto vencido na sessão da 8ª Turma da Corte, que apreciou o habeas corpus da defesa de Duque.

O voto contrário, pela soltura do ex-diretor, partiu do desembargador Leandro Paulsen e foi seguido pelo desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores.

Katna Baran

### **Entenda a operação sobre o filho de Lula**

**Em que se baseia a operação da PF?** A fase deflagrada em dezembro envolveu 47 mandados de busca e apreensão, com nove pessoas físicas e 21 empresas como alvos. O objetivo foi aprofundar as investigações sobre o uso de firmas de Fábio Luís, o Lulinha, e do empresário Jonas Suassuna para o pagamento de despesas pessoais da família do ex-presidente Lula. A origem desses recursos, sugere a investigação, foi a empresas de telefonia Oi

**Qual a suspeita dos investigadores?** A Polícia Federal e a Procuradoria suspeitam que diversos repasses feitos pela Oi e pela Vivo a empresas ligadas a Lulinha foram realizados sem lógica econômica, apenas para beneficiar familiares de Lula. Contratos comerciais de fachada teriam sido firmados para dar aparência legal às transferências

**Quais as evidências que sustentam essa versão?** Os investigadores apontam como evidência o fato de que vários produtos não obtiveram resultado comercial relevante. Um dos exemplos é a “Bíblia na Voz de Cid Moreira”. A Oi teve uma receita de R\$ 21 mil com a comercialização do produto, mas repassou R\$ 16 milhões à Goal Discos, de Jonas Suassuna, pelo serviço

**Quanto foi repassado e qual o período investigado?** De 2004 a 2016, a Oi repassou a empresas de Lulinha e Suassuna R\$ 132 milhões, e a Vivo, cerca de R\$ 40 milhões. Lula foi presidente de 2003 a 2010

**Quem é Jonas Suassuna e qual é sua ligação com Lula e seu filho?** Suassuna se tornou sócio de Lulinha em 2006 na Gamecorp, empresa de games que já havia recebido aporte da Oi considerado suspeito pela PF. O Grupo Gol (que atua nas áreas editorial e de tecnologia e não tem relação com a companhia aérea de mesmo nome), criado por ele, também recebia da Oi

**E com o sítio de Atibaia?** Suassuna é dono de um dos dois terrenos que compõem o sítio em Atibaia (SP) frequentado por Lula.

**Qual a relação entre o sítio e o esquema com a Oi?** O MPF aponta que Suassuna e Fernando Bittar adquiriram a propriedade usando parte de recursos injustificados das empresas que administravam em conjunto com Fábio. A conexão dessa investigação com o caso do sítio era o principal motivo para a investigação acontecer no Paraná

12 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

ERNESTO TZIRULNIK

Advogado, presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro (IBDS) e coordenador da comissão de juristas e técnicos que elaborou o anteprojeto da Lei de Contrato de Seguro (PLC 29/2017)

## Desmistificando o debate sobre o DPVAT

**Chega a ser criminoso abrir mão de um mercado já estabelecido**

Aos trancos e barrancos, havíamos conseguido distribuir amplamente na sociedade um seguro da mais alta relevância. Fomos vitoriosos na criação de um formidável sistema de solidarização entre os proprietários de veículos automotores e as vítimas dos acidentes de trânsito, como se sabe uma das principais causas de mortalidade no país.

Essa proeza foi obtida ao longo de quatro décadas graças ao conhecido seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, o DPVAT. Não faltavam críticas aos abusos imensos que inúmeras entidades e pessoas cometiam, desviando os recursos financeiros formados por esse seguro.

Entidades representativas do setor segurador, dos corretores de seguro e a própria autarquia federal responsável por vigiar as operações de seguro (Susep) aproveitaram da víva. Vendo a torneira aberta, o próprio Estado transformou-se em Robin Hood e cuidou de pegar um pouco para financiar o sistema de saúde pública. Era realmente urgente colocar ordem na casa.

Estranhamente, a nova administração da Susep, de quem se esperava buscar a mais ampla proteção da sociedade ou, no mínimo, o aproveitamento da distribuição promovida pelo DPVAT, com a redução dos custos de transação — um dos dogmas mais importantes para o liberalismo econômico — tentou enterrar esse

seguro. Quase conseguiu, falta a pá de cal. Não se sabe se o argumento ingênuo utilizado pela Susep — a corrupção interna do DPVAT, que distribuía altas remunerações a advogados e fatias para entidades estranhas ao negócio — foi realmente o motivo da tentativa de extinção do seguro, ou se o governo apenas buscou apropriar-se dos fundos bilionários de reservas e provisões. Afinal, de quem apenas quer matar a erva

[...]

Os consumidores do DPVAT estavam acostumados a adquirir a cobertura. A compra do seguro capaz de proteger as vítimas do trânsito já se tornara um negócio socialmente aceito para os milhões de proprietários de veículos do país. Ninguém ficou mais feliz ou aliviado porque passou a economizar míseros R\$ 10 por ano.

daninha não se espera que derrube a árvore toda.

Os consumidores do DPVAT estavam acostumados a adquirir a cobertura. A compra do seguro capaz de proteger as vítimas do trânsito já se tornara um negócio socialmente aceito para os milhões de proprietários de veículos do país. Ninguém ficou mais feliz ou aliviado porque passou a economizar míseros R\$ 10 por ano.

Seria muito mais justo para a sociedade e lucrativo para os empresários do seguro que o governo matasse a erva daninha e aproveitasse a deixa para tornar frondosa a árvore combalida, passando a oferecer indenizações muitas vezes superiores aos míseros R\$ 15 mil pagos por uma morte e adotado medidas para recuperar parte dos saques escandalosos que haviam sido feitos.

O fato mais importante, porém, é que as autoridades estão perdendo a chance de aproveitar o mercado já desenvolvido, estão jogando fora a valiosíssima aceitação social da contribuição para o fundo de prêmios que pode garantir as vítimas dos acidentes viários.

Isso chega a ser criminoso num país em que nem ha costume de comprar seguros facultativos de responsabilidade civil, cujas coberturas oferecidas são caras e piñas, além de sujeitar os segurados e as vítimas a discussões casuísticas que só terminam depois de muitos anos no abarrotado Judiciário.

12 MAR 2020

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça barra ação contra filmes sobre caso Suzane von Richthofen

SÃO PAULO | UOL A Justiça considerou improcedente a ação interposta por Suzane von Richthofen contra a produtora Santa Rita Filmes por causa dos longas "A Menina que Matou os Pais" e o "Menino que Matou Meus Pais".

A produtora ganhou todas as etapas em primeira instância do processo, que já foi transitado em julgado.

Os filmes são baseados nos autos do processo do assassinato do casal Von Richthofen e abordam as versões de Suzane e Daniel Cravinhos. Os longas estreiam em 19 de março.

12 MAR 2020

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **Crime contra a mulher impede exercício de cargo público**

Condenados com decisão transitada em julgado por crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher não poderão ocupar cargos ou funções públicas no Paraná. É o que determina o projeto de lei 197/2020 do Deputado Requião Filho que foi anexado ao PL 28/2019, assinado pela deputada Cantora Mara Lima (PSC), aprovado em redação final na sessão plenária desta terça-feira (10), na Assembleia Legislativa do Paraná. Agora o texto segue para sanção do Poder Executivo.

A proposta acrescenta um novo item à Lei Estadual 16.971, de dezembro de 2011, que tipifica os crimes em que o infrator já condenado (decisão transitada em julgado) fica impedido de assumir cargos em comissão ou funções de alta hierarquia no serviço público, a fim de garantir a probidade e a moralidade da administração. ●

12 MAR 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

### Não é à toa que estamos onde estamos

**E**m entrevista coletiva para apresentar um balanço dos seis anos da Operação Lava Jato – a primeira fase foi deflagrada no dia 17 de março de 2014 –, o procurador da República Deltan Dallagnol fez críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Congresso. “Depois de seis anos, o combate à corrupção está mais difícil que no início da Lava Jato”, disse o coordenador da força-tarefa no Paraná, atribuindo essa maior dificuldade a decisões do Poder Legislativo e do Supremo. “O fato é que o poder político tem a lei na mão e pode dobrá-la”, disse.

Tais críticas ao Legislativo e à cúpula do Judiciário não são inéditas. Ao longo dos últimos seis anos, o País acostumou-se a ouvir esse discurso de afronta às instituições na boca de vários integrantes da Lava Jato. Instituições fundamentais do Estado Democrático de Direito foram insistentemente apresentadas como inimigas dos anseios da população e contrárias a qualquer avanço do combate à corrupção. No final do ano passado, por exemplo, Deltan Dallagnol recebeu uma advertência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em razão de comentário ofensivo contra integrantes do STF.

Não é exagero. Desde 2014, houve uma sistemática utilização do prestígio da Lava Jato para atacar o Congresso e o STF. Tal movimento pode ajudar a explicar o inusitado panorama que se observa atualmente no País.

Após mais de três décadas de retorno à democracia, seria de esperar que os elementos essenciais do Estado Democrático de Direito estivessem razoavelmente arraigados, tanto no âmbito institucional como na esfera social, entre a população. Em princípio, o contraste com o regime ditatorial anterior deveria promover uma adesão cada vez maior dos cidadãos aos princípios democráticos. No entanto, observa-se, nos últimos anos, fenômeno oposto, com crescentes ataques de parte da população e de autoridades que não conhecem seu lugar ao Congresso e ao Supremo, instituições fun-

---

#### Desde 2014 houve uma sistemática utilização da Lava Jato para atacar o Congresso e o STF

---

damentais de uma democracia representativa.

Há uns anos seria impensável que pessoas fossem às ruas pleitear o fechamento do Congresso ou do STF. Décadas antes, a população tinha batalhado justamente pelo oposto, exigindo o livre funcionamento do Legislativo e a independência do Judiciário. Nos tempos estranhos de hoje, há quem afirme, sem maiores pudores, que o Congresso prejudica o País.

Na formação desse cenário tão esquisito, não se pode ignorar os efeitos da desinformação. A disseminação massiva de *fake news* contra as instituições democráticas confundiu e continua a confundir muitos corações e inteligências. Ao mesmo tempo, é inegável que

a atuação de integrantes da Lava Jato contribuiu para difundir um sentimento de ojeriza em relação ao Congresso e ao Supremo.

A despeito dos erros que possa ter cometido ao longo do caminho, a Operação Lava Jato produziu, incontestavelmente, resultados positivos impressionantes. A força-tarefa não apenas possibilitou a devida responsabilização de muitos criminosos poderosos, cujos crimes antes ficavam acintosamente impunes, mas contribuiu para que o País atingisse um novo patamar ético no ambiente de negócios. Trata-se de um feito e tanto. Uma operação de investigação foi capaz de renovar nos brasileiros a confiança em seu próprio país.

Todos esses resultados asseguraram à Lava Jato um grande prestígio perante a população. Por mais que depois tenham vindo à tona práticas e procedimentos fora dos limites legais, a Operação Lava Jato continua sendo um orgulho nacional. Tal auréola de honestidade e lisura acarreta, é fato da vida, imensa responsabilidade. Por exemplo, o que Deltan Dallagnol fala tem um enorme impacto sobre o imaginário coletivo, maior até mesmo do que ele próprio imagina.

Com seis anos de Lava Jato, é mais que hora de o Ministério Público refletir sobre as consequências da atuação de seus membros. Uma instituição cuja missão é defender a ordem jurídica e o regime democrático não pode, em hipótese alguma, contribuir para que se crie um sentimento de desprezo pelo Congresso e pelo Judiciário.

12 MAR 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

# Liminar suspende investigação sobre gabinete de Flávio

Suspensão vigora até decisão colegiada do TJ do Rio, o que não há data para acontecer; MP apura 'rachadinha'

A desembargadora Suimei Meira Cavalieri, da 3.<sup>a</sup> Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio, suspendeu as investigações sobre suposto esquema de "rachadinhas" – prática que consiste na devolução de parte ou a totalidade do salário do servidor ao político que o contrata – envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, quando ele era deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). A decisão é liminar e deverá vigorar até votação colegiada – que não há data para acontecer.

O recurso foi apresentado pela defesa de Flávio na semana passada, e buscava tirar o caso das "rachadinhas" das mãos do juiz Flávio Itabaiana Nicolau, titular da 27.<sup>a</sup> Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio. Segundo a defesa, como Flávio Bolsonaro era deputado estadual à época do suposto crime, deveria responder perante a segunda instância.

Desde o início das investigações, a família Bolsonaro tem criticado a atuação do juiz Itabaiana Nicolau, que já autorizou 24 mandados de busca e apreensão, quatro quebras de sigilo bancário e 28 quebras de sigilo telefônico no curso das investigações. Entre os que tiveram seus sigilos quebrados estão Flávio, sua esposa, Fernanda Bolsonaro, e as contas da Bolsotini, loja de chocolates de propriedade do senador.

Além do senador, a decisão judicial de suspender as investigações alcança também duas filhas do ex-assessor parlamentar de Flávio na Alerj, Fabrício Queiroz

### Apuração

## 88

investigados por prática de "rachadinha" no gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio tiveram o sigilo quebrado.

– Nathalia e Evelyn – a ex-mulher dele e outros 88 ex-funcionários do gabinete, incluindo a irmã e a mãe do ex-capitão do Bope Adriano da Nóbrega, miliciano morto no mês passado em operação policial na Bahia.

**Movimentações.** A investigação teve início em dezembro de 2018, após relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontar uma "movimentação atípica" – R\$ 1,2 milhão no período de um ano – nas contas de Queiroz. No final de abril de 2019, a Justiça do Rio autorizou a quebra de sigilo de 88 ex-assessores de Flávio, além de Queiroz e do próprio senador.

A quebra do sigilo bancário de Flávio cobriu movimentações de janeiro de 2007 a dezembro de 2018 enquanto o levantamento do sigilo fiscal ocorreu entre 2008 e 2018.

Em novembro passado, o Ministério Público do Rio apontou que Queiroz teria recebido R\$ 2 milhões por meio de 483 depósitos bancários feitos por servidores do gabinete de Flávio, e que parte do dinheiro desviado teria sido lavado na Bolsotini. Além dos depósitos, o Ministério Público afirma que Queiroz "executou uma intensa rotina de saques em sua própria conta corrente", chegando ao total de R\$ 2,9 milhões em espécie – ele é apontado pelos promotores como o "arrecadador dos valores desviados".

**Defesa.** Na ocasião, a defesa de Queiroz afirmou que "os valores milionários vem sendo apresentados de forma distorcida, para que a opinião pública veja ilegalidades onde não há". "Fabrício Queiroz recebia parte dos salários de alguns assessores para aumentar a base de atuação do deputado, ou seja, com a mesma finalidade pública dos recursos, não constituindo qualquer ilegalidade", afirmou a defesa.

Procurado, o criminalista Frederick Wassef, que defende o senador Flávio Bolsonaro, não quis comentar o caso. / P.R.N.

12 MAR 2020

# O ESTADO DE S. PAULO

## Inquérito aponta 12 perfis autores de ataques ao STF

Páginas foram mapeadas pela investigação que apura 'bombardeio' virtual contra ministros do Supremo e parentes

**Rafael Moraes Moura**  
**Felipe Frazão** / BRASÍLIA

Doze perfis com prática sistemática de ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) nas redes sociais já foram mapeados pelo inquérito da Corte que apura ameaças, ofensas e fake news contra magistrados e suas famílias. A investigação corre sob sigilo e deve ser concluída ainda neste semestre, quando seguirá para o Ministério Público.

Estado revelou ontem que o inquérito do Supremo, aberto há um ano pelo presidente da Corte, Dias Toffoli, já identificou empresários bolsonaristas que estariam financiando um "bombardeio" virtual contra ministros da Corte.

Há receio de que os novos desdobramentos da investigação levem o Supremo para o centro dos atos marcados para domingo, que têm o apoio do presidente Jair Bolsonaro. Movimentos de direita querem transformar os atos em protestos contra o Congresso e o STF e há quem pregue até mesmo o fechamento das instituições.

Na lista dos 12 perfis monitorados pelo inquérito, há pelo menos quatro grandes empresários do setor de comércio e serviços. Todos apoiam Bolsonaro desde a campanha eleitoral de 2018. A investigação, comandada pelo ministro Alexandre de Moraes, quer rastrear os financiadores desses perfis. O custo dos ataques virtuais pode chegar a R\$ 5 milhões por mês.

O caso tem sido acompanhado por um número restrito de auxiliares de Moraes. O inquérito não identificou apenas fake news, mas também sonegação fiscal, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

### • Comissão

"Há uma compreensão cada vez mais consolidada da necessidade de se combater as fake news e identificar essa prática maléfica."

**Lídice da Matta (PSB-BA)**

RELATORA DA CPI DAS FAKE NEWS

A investida contra o tribunal na internet foi tema de conversas reservadas no Supremo ontem. Um ministro disse ao Estado considerar "um absurdo" a atuação de empresários contra a mais alta corte do País. Outro magistrado afirmou que já desconfiava do envolvimento de homens de negócios em ataques direcionados ao Supremo. Oficialmente, no entanto, o STF não comenta o assunto.

**CPI.** Em paralelo à atuação da Corte, o presidente da CPI das Fake News, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), disse que o ponto principal da investigação no Congresso também é identificar quem financia os ataques aos opositores de Bolsonaro nas mídias digitais. "Tem gente gastando pesado. Vamos tentar colocar algo no relatório final da CPI para propor indiciamento e encaminhar ao Ministério Público", afirmou.

Relatora da CPI, a senadora Lídice da Matta (PSB-BA), afirmou que as assinaturas necessárias para a prorrogação dos trabalhos até outubro já estão asseguradas. Lídice afirmou o governo tentou impedir a prorrogação da comissão, mas não obteve sucesso. "Há uma compreensão cada vez mais consolidada da necessidade de se combater as fake news e identificar essa prática maléfica", disse.

12 MAR 2020

# O ESTADO DE S. PAULO

## COLUNA DO ESTADÃO

### Aos 6 anos, futuro é incerto para Lava Jato

**O** bolo do aniversário de seis anos da Lava Jato ganhou como cereja a decisão do TRF-4 de tirar de Curitiba o inquérito que tem Fábio Luís, filho de Lula, entre os alvos. Como o tribunal de Porto Alegre jamais foi considerado território hostil à operação, pelo contrário, a derrota da força-tarefa (jogando, portanto, praticamente em casa) deve influenciar casos futuros e outros em andamento, avaliam juristas. Para eles, com essa decisão, a competência da Lava Jato curitibana foi delimitada e deve se restringir a crimes relacionados à Petrobrás.

● **Em...** A decisão do TRF-4 de enviar o inquérito para São Paulo, como sustentou Fábio Tofic, advogado de Lulinha, confirma o desprestígio de Sérgio Cabral no mundo jurídico.

● **...baixa.** O desembargador Gebran Neto desconsiderou manifestação da força-tarefa de Curitiba para inserir aos 45 minutos do segundo tempo autodeclaração do ex-governador contra o filho de Lula.

● **Timing.** “Deslocamentos de competência” são raros na Lava Jato. Este mais recente ocorre num momento em que o próprio Deltan Dallagnol reconhece uma limitação da operação.

● **Dando...** A pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros, o ministro do STF Luiz Fux encaminhou ao CNJ pedido para a diminuição do horário de atendimento ao público nos tribunais de todo o País, exceto a Justiça Eleitoral, de oito horas diárias para, no mínimo, seis horas por dia.

● **...jeito.** Com o orçamento menor neste ano, a Justiça quer otimizar os gastos. Para a presidente da AMB, Renata Gil, o resultado adequará o horário forense às realidades de um país de dimensões continentais.

● **sobrando...** Venceu o prazo dado pela Justiça para que o governo do Rio de Janeiro informasse como pretende pagar aos servidores da Central Logística em uma ação trabalhista na qual não cabe mais recursos.

● **...dinheiro?** A Procuradoria ignorou a data. A Justiça determinou que a cada mês sem pagar a dívida, hoje em torno de R\$ 50 milhões, o Estado do Rio tem de acrescentar mais 1% de multa (mais R\$ 500 mil).

## Inquérito sobre Lulinha sai de Curitiba

Paulo Roberto Netto  
Pepita Ortega

O Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região (TRF-4) determinou que a investigação contra o filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, seja enviada para a Justiça Federal em São Paulo. A decisão tira o inquérito das mãos do juiz Luiz Antônio Bonat, que assumiu a 13.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba após saída de Sérgio Moro, hoje ministro da Justiça.

Lulinha é investigado na fase 69 da Lava Jato, a Mapa da Mina, que apura contratos de R\$ 132 milhões firmados pela Oi/Telemar com a Gamecorp/Gol. A força-tarefa de Curitiba afirma que tais repasses eram contrapartidas a atos de Lula em benefício ao setor de telefonia, e que recursos ilícitos foram usados no sítio de Atibaia, pivô da condenação do petista a 17 anos, um mês e dez dias de reclusão.

A transferência do inquérito atende a pedido da defesa de Lulinha. O criminalista Fábio Tofic Simantob argumentou que o caso não tem vínculos com corrupção e desvios da Petrobrás investigados pela Lava Jato.

**Cabral.** O relator da Lava Jato no TRF-4, desembargador João Pedro Gebran Neto, desconsiderou manifestação da força-tarefa de Curitiba para inserir, nos autos, declaração do ex-governador do Rio Sérgio Cabral (MDB) contra Lulinha. Na auto-declaração, Cabral dizia que, a pedido de Lula, teria solicitado pagamentos de R\$ 30 milhões à Oi, que seriam repassados à Gamecorp/Gol como prestação de serviços na área de educação.

Gebran afirmou que “não é possível ponderar a autodeclaração realizada fora dos autos” e “sequer é possível identificar em que contexto a declaração foi firmada (local e data), já que não há referência” ao acordo de delação de Cabral perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

12 MAR 2020

# BEMPARANÁ

## HISTÓRIA DE VIDA

Divulgação/Sicride)



**POLÍCIA CIVIL DIVULGA IMAGEM DE COMO ESTARIA HOJE LUANA DESAPARECIDA EM 2003, ATUALMENTE** - A Polícia Civil divulgou uma foto de como Luana de Oliveira Lopes, desaparecida em 2003 em Florestópolis, no norte do Paraná, seria hoje. A imagem foi produzida após uma jovem de 24 anos procurar a família da menina dizendo que pode ser a criança desaparecida há 17 anos. A mãe de Luana, Neide de Oliveira Lopes, afirmou em entrevista ao jornal da RPC que toda a família está emocionada com a possibilidade dessa jovem ser a filha que tanto procuram. Luana de Oliveira Lopes desapareceu quando tinha 8 anos. De acordo com o Sicride, a menina foi com o irmão, que na época tinha 10 anos, buscar leite em uma propriedade rural. Na volta, os dois foram abordados por um caminhoneiro que ofereceu cobertores para a família deles. Quando as crianças entraram na carroceria foram trancados no caminhão. O menino conseguiu escapar, mas foi agredido pelo homem com pedaço de pau. Foram meses de procura por Luana, mas nenhuma pista foi encontrada na época. Na tentativa de identificar o suspeito do rapto, Diego chegou a ser levado para Curitiba para realizar uma sessão de hipnose e assim realizar um retrato falado do criminoso. No entanto, ninguém foi identificado e preso.

12 MAR 2020

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LEANDRO MAZZINI

## ESPLANADA

### Guilhotina

O deputado federal Boca Aberta (PROS-PR), no afã de aplausos populares, propôs um projeto de lei polêmico: amputar as mãos de quem for condenado por corrupção – e com serviço feito pelo SUS. A literatura política há décadas traz no bordão popular que, quem tem telhado de vidro, deve evitar atirar pedras nos outros (que são muitos, por sinal, os enrolados com a Justiça). A despeito do camburão de polícia rondando muito de seus colegas, prefeitos, vereadores e gestores públicos Brasil adentro, vale lembrar que Boca Aberta é alvo de processo da Justiça Eleitoral por improbidade administrativa quando vereador em Londrina (PR), sua terra natal. Na ementa da proposta, esqueceu-se de protocolar em que teor de corrupção se encaixaria os eventuais punidos.

### GUILHOTINA 2

Alvo do MP Eleitoral, Boca Aberta conseguiu liminar no Tribunal de Justiça do Paraná para afastar inelegibilidade, no processo que precede sua eleição para federal.

### BEM DEFENDIDO

Boca Aberta tem o mesmo advogado do casal Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann na Operação Pixuleco, o doutor Guilherme Gonçalves.